



20(2): 18-37  
jul./dez. 1995

# A ANÁLISE DO DISCURSO: PARA ALÉM DE PALAVRAS E COISAS

Rosa Maria Bueno Fischer

**RESUMO** - *Análise do Discurso: para além de palavras e coisas.* Apresento o ponto de vista teórico e metodológico da Análise do Discurso (AD), a partir de seus fundamentos, que estão no modo de investigação imaginado e realizado por Michel Foucault. Discuto formas de operacionalização de alguns conceitos da AD, como o de *interdiscursividade*, mostrando um modo de captar as diversidades e conflitos do social a partir do *discurso* mesmo. A discussão teórica é permanentemente relacionada com meu objeto de pesquisa: a construção de um discurso sobre a adolescência na mídia dos anos 90, no Brasil.

**Palavras-chave:** *Análise do Discurso, discurso, adolescência, mídia, sujeito, poder, enunciado, interdiscursividade, saber.*

**ABSTRACT** - *Discourse Analysis: beyond words and things.* I present Discourse Analysis (AD) theoretical and methodological view, from its foundations, that are in investigation way imagined and realised by Michel Foucault. I discuss operational forms of some AD concepts, such as *interdiscursivity*, exposing a way of grasping social diversities and conflicts, from discourse interior. Theoretical discussion is permanently related to my research object: the construction of adolescence discourse, from Brazilian media in the 90'.

**Key-words:** *Discourse Analysis, discourse, adolescence, media, subject, power, statement, interdiscursivity, knowledge.*

## INTRODUÇÃO

Parto da suposição de que, em nossos dias, o jovem, sobretudo o adolescente, adquire centralidade em discursos cujos enunciados se produzem e circulam nas mais diferentes práticas sociais e em inúmeras instituições: nos consultórios médicos, nas universidades, nas clínicas psiquiátricas, nas escolas, nas famílias, nas instituições jurídicas, assistencialistas e políticas, nas agências de publicidade, nos institutos de pesquisa e, sobretudo, nos órgãos de comunicação de massa. Quero saber como se constrói essa discursividade e que formas de poder a constituem, dentro de um campo específico: a mídia. Para tanto, busco o referencial teórico da Análise do Discurso nas bases teóricas e filosóficas dessa disciplina, que se encontram em Michel Foucault — de modo particular em *A arqueologia do saber*.

Desde o final da década de 80, os meios de comunicação social, no Brasil, elegeram o jovem como personagem importante de suas produções, criando assim uma espécie de tribuna para ele, que então pôde aparecer e falar, falar muito, de si mesmo. O ano de 1992 representou a explosão, a invasão de meninos e meninas nas telas da televisão, nas páginas de jornais e revistas: a eles atribuiu-se a façanha de terem contribuído decisivamente para o *impeachment* do então presidente Collor. “Caras-pintadas” multiplicaram-se pelo país: seu corpo carregava as tintas de uma suposta revolta e, em pouco tempo, eles passaram a ser ouvidos, procurados, usados como símbolo de um país de cara alegre, alegre e disposto a lutar pela honestidade, contra a corrupção. Esse fato mereceu, inclusive, análises sociológicas e até filosóficas, nos cadernos culturais da grande imprensa.

Se na literatura o *boom* adolescente já estava solidificado (publicaram-se centenas de títulos para essa faixa, de 1985 a 1990), o mesmo sucedendo com o rádio e a indústria fonográfica, chegou a vez da televisão: em 1993 criaram-se programas em todas as emissoras, dedicados especialmente para esse público (“Radical Chic”, na Globo; “Fanzine”, na TV Cultura, substituindo o “Programa Livre”, do Serginho Groisman, que foi levado para o SBT; “Radar”, da TVE do Rio Grande do Sul, entre outros). As novelas e as grandes reportagens não esquecem de mostrar e de fazer falar meninos e meninas de 12, 16 ou 20 anos. Comerciais de todos os produtos buscam a alegria, a agressividade e a agilidade de corpos esguios e juvenis. A mídia impressa também acompanha a tendência: os grandes jornais lançam encartes para os *teens* (“Folhateen”, da *Folha de S.Paulo*; “Zine”, do *Jornal do Brasil*). As editoras de revistas investem em produções como “Capricho”, “Carícia”, destinadas ao público feminino adolescente. O certo é que as produções dos meios de comunicação, no Brasil dos anos 90, fazem uma opção bem definida: parte significativa de seus investimentos é destinada a mostrar, usar, fazer falar o jovem. O exemplo mais expressivo dessa proliferação de textos sobre e para os jovens foi a publicação

do diário da atriz carioca Maria Mariana — *Confissões de adolescente* —, transformado em peça de teatro (depois em vídeo), aplaudida nos grandes centros do País, por milhares de adolescentes.

Tais evidências mobilizam-me, no sentido de mergulhar nessa multiplicidade de textos sobre adolescência e juventude e, de dentro deles, fazer emergirem os enunciados constitutivos de um discurso sobre a adolescência e juventude brasileira. As perguntas imediatas são: primeiro — quando a mídia se dirige tão ostensivamente ao jovem ou o expõe tão despudoradamente, ou quando o traz para dentro dela mesmo, de quem está falando? Homogeneiza jovens de grupos sociais distintos, ou não? Se homogeneiza, em que consiste tal pasteurização da imagem juvenil? Em segundo lugar, é pertinente também indagar: a mídia apenas faz circular discursos de campos bem localizados, expressão de um determinado “regime de verdade”, ou cria seu próprio discurso, no caso, sobre juventude e adolescência? Mais explicitamente: o que é específico da mídia na construção de um discurso jovem, hoje, no Brasil? Finalmente: qual o estatuto do discurso pedagógico na construção de um saber sobre o adolescente brasileiro, hoje, nessa rede discursiva?

Os objetos de um discurso podem prestar-se a inúmeras análises, pois que os jogos de relações, dentro e fora dos discursos, são também inúmeros. Ao circunscrever sua região de trabalho, o analista tem condições de investigar as regras de aparecimento de um objeto, as quais permitirão conferir um tipo de unidade ao discurso. Assim, a adolescência, objeto sobre o qual invisto um trabalho, não possui uma identidade que atravessa os tempos nem é referido da mesma forma e sob o mesmo ponto de vista, pelas diferentes instâncias que o nomeiam — a família, a escola, a medicina, a psicanálise, a publicidade, os meios de comunicação.

Este trabalho tem a pretensão de discutir um caminho metodológico coerente com o foco teórico principal de minha pesquisa — a teoria da constituição de subjetividades, no mundo contemporâneo, tal como foi pensada por Foucault, a partir das inter-relações dos conceitos de saber, poder e sujeito, sintetizadas no conceito específico das *techniques de soi*. O caminho escolhido é o arcabouço teórico da Análise do Discurso, de modo fundamental o que Michel Foucault, seu inspirador principal, nos legou.

## **O DISCURSO E A FRAGILIDADE DA RELAÇÃO ENTRE O VISTO E O FALADO**

Tudo é prática, em Foucault. Enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder que as supõem e que as atualizam. Dito de outra forma, não há relação de poder que não implique uma relação de saber, nem relação de saber que não esteja referida a uma dinâmica de poder.

Esses pressupostos são básicos para o entendimento dos conceitos que discutiremos nesta seção: *discurso*, *enunciado*, *formação discursiva* e todos os demais, daí derivados, tais como foram tratados por Foucault e, posteriormente, pelos teóricos franceses da disciplina chamada Análise do Discurso. O objetivo é apresentar esse arcabouço, imaginado e operacionalizado pelo autor em sua obra, discutindo-o em relação ao problema que me coloco: como a mídia constrói um discurso sobre adolescência, nestes anos 90, no Brasil?

Partindo de que discurso não pode ser definido como um conjunto de signos mas, antes, como uma prática que sistematicamente forma os objetos de que fala, Foucault (1980, p. 50 e ss.) mostra a fragilidade dos laços, na aparência tão sólidos, entre palavras e coisas. Ou seja, mais do que referir-se a “coisas”, mais do que usar letras, palavras, frases, o discurso apresentaria regularidades intrínsecas a ele mesmo, através das quais seria possível definir uma rede conceitual que lhe é própria.

Essa centralidade do discurso, em Foucault, é fundamental, para compreendermos a ruptura que ele faz com uma ciência histórica pela qual, por exemplo, as regras de formação dos conceitos residiriam na mentalidade e na consciência dos indivíduos: pelo contrário, elas estão no próprio discurso, e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um campo discursivo determinado.

O teórico Ernesto Laclau explicita muito bem esse conceito de discurso, pelo qual os atos de linguagem constituem uma trama que ultrapassa o meramente lingüístico. Para ele o *discurso* seria uma instância limítrofe com o social. “Porque cada ato social tem um *significado*, e é constituído na forma de seqüências discursivas que articulam elementos lingüísticos e extralingüísticos” (Laclau, 1991, p. 137). Segue daí uma nova conceituação de objetividade (as práticas sociais se constituiriam discursivamente), bem como um modo novo de conceber as identidades sociais ou subjetivas, mergulhadas num relativismo bastante radical, dado por esse jogo permanente dos sentidos. Para Laclau, a sociedade seria assim entendida “como um vasto tecido argumentativo no qual a humanidade constrói sua própria realidade”(idem, p. 146).

O objetivo, portanto, é aqui expor por que meu foco teórico e metodológico é a Análise do Discurso, nos termos acima referidos, tendo sempre como ponto de referência a construção foucaultiana baseada na tríade poder-saber-sujeito. É importante salientar que, tratando-se de tal autor, a dificuldade maior talvez seja apresentar um texto em que as definições possam fechar-se em si mesmas, em blocos claros e distintos, de modo que, por exemplo, conceitos como *discurso*, *formação discursiva* e *enunciado* possam ser compreendidos na sua individualidade, sem haver necessidade de serem tratados em suas diferentes e mútuas intersecções.

Tarefa impossível essa, basicamente porque discurso e poder são inseparáveis. O discurso, esse “bem positivo”, tem suas regras de aparecimento, tem

suas condições de apropriação e coloca, desde o início, a questão do poder. Ele é, por natureza, e sempre, objeto de uma luta política (Foucault, 1980, p. 139). Assim é que os conceitos principais, já referidos, e todos aqueles desenvolvidos pela Análise do Discurso — como *interdiscurso*, *intradiscurso*, *condições de emergência*, *condições de produção*, *universo*, *campo e espaço discursivos*, os quais se constituem a ferramenta principal deste trabalho, serão aqui discutidos tendo sempre como orientação o binômio poder-saber e toda a sua dinâmica, tal como foi pensada pelo filósofo de *A arqueologia do saber*.

## O objeto da Análise do Discurso

Porque pressupõe que palavras e coisas não mantêm uma relação unívoca, de correspondência, a Análise do Discurso (AD) estuda a linguagem somente quando esta “faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (Maingueneau, 1993, p. 11-12). A AD, evidentemente, considera o aspecto formal da linguagem, mas sempre o vê e o trata na sua radical e inseparável relação com os conflitos subjetivos e sociais que envolvem os atos de fala. Importará analisar os discursos enquanto efeitos de sentido, produzidos no momento mesmo da interlocução. Estamos, portanto, longe daquela definição, bastante difundida, pela qual a língua teria como função a transmissão de informação. O conceito de interlocução vai referir-se exatamente a um processo interacional, vivido entre indivíduos, através da linguagem, verbal ou não-verbal (Brandão, 1993, p. 89-90).

Embora se apóie nos conceitos da lingüística, o interesse da AD recai principalmente sobre os textos cujos enunciados seriam restringidos por um forte esquema institucional; também sobre aqueles materiais lingüísticos em que se inscrevem e se cristalizam embates sociais significativos; finalmente, sobre os textos que se afirmam por constituir um espaço próprio, no exterior de um interdiscurso limitado.

Considerando que meu objeto são discursos produzidos e veiculados pela mídia, sobre o adolescente, suponho que, a partir da análise desses textos, é possível expor uma rede de conflitos relacionados com uma nova configuração da família brasileira em nossos dias, sobre os papéis sociais do homem e da mulher, sobre relacionamento amoroso e preservação da individualidade, sobre escolhas profissionais, educação e desemprego, novos tipos de participação política, violência urbana, AIDS, entre outros — que afetam de modo particular uma camada importante da sociedade brasileira: os jovens.

Assim, é sobretudo a partir de fatos de linguagem, constitutivos de meu corpus específico — uma discursividade dirigida ao jovem e/ou que fale dele —, que farei minha análise. A idéia é estudar as rupturas desse discurso, os embates e conflitos que nele estão vivos, e que dizem respeito não só à interdis-

cursividade (isto é, a constituição deste discurso em função de outros campos que nele atuam), mas também ao intradiscurso: conflitos, por exemplo, geracionais (as referências a “no meu tempo não era assim...”, por exemplo), lutas referenciadas a questões de gênero ou de condição social e assim por diante.

Antes de especificarmos a importância dos conceitos acima citados — intradiscurso e interdiscurso —, é preciso de imediato explicitar outros, igualmente fundamentais, através dos quais será operacionalizado o trabalho científico. Começemos pelo conceito de práticas discursivas que, segundo Foucault, diz respeito a “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1980, p. 136). São essas práticas que, vistas dentro de um determinado campo — da medicina, da psiquiatria, da educação, da comunicação de massa, ou até dentro de um campo de maior alcance, como seria o do discurso do capitalismo, por exemplo —, constituiriam as formações discursivas.

Esse último conceito, tão caro a um dos principais teóricos da AD, Michel Pêcheux, é sintetizado por Foucault como “tudo aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma certa conjuntura”; esse “dito” poderá ser articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um manifesto, de um prontuário médico, de um registro policial, de um comercial ou de um pronunciamento feito em cadeia de televisão. Todas essas formas de articulação de “coisas ditas” trazem consigo as marcas institucionais, enunciativas e de posições ou situações dos sujeitos falantes, de tal forma que, ao fazer-se a análise, expõe-se um feixe de relações que ali estão em jogo.

## **De que sujeito falar?**

O discurso analisado não será manifestação de um sujeito, mas um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.

Esse caráter contraditório do sujeito rompe com uma tradição, cara não somente ao idealismo de algumas teorias da linguagem, como a desenvolvida por Benveniste, mas ainda àquelas concepções segundo as quais o eu seria absolutamente determinado de fora, dominado por um outro que o constitui. Essa bipolaridade, como sabemos, dominou durante muito tempo as ciências humanas e permanece até hoje em muitos discursos, como o da Pedagogia, da Sociologia e especialmente da militância política. O homem “sujeito da própria história”, capaz de transformar o mundo a partir da tomada de consciência, reúne essas duas concepções: tudo se passaria como se, percebendo a dominação,

a força do outro, o sujeito pudesse lutar e chegar, talvez um dia, à condição paradisíaca (e originária) de sujeito uno, pleno de poder.

Fundada principalmente na idéia do conflito, da pluralidade de vozes que se enfrentam nos textos, essa concepção pela qual se introduz a presença do outro no discurso, mesmo que inicialmente tenha privilegiado um certo determinismo, de fora para dentro, na verdade postula algo que, depois de Marx, não nos atrevemos a questionar: o homem é inconcebível fora das relações sociais que o constituem. Quando a filosofia da linguagem, de inspiração marxista, fez a tradução desse postulado, de modo especial com Bakhtin, que outros conceitos trouxe? Basicamente, uma teoria da polifonia, do diálogo, na qual está compreendido que há inúmeras vozes falando num mesmo discurso, seja porque o destinatário está ali também presente, seja porque aquele discurso está referido a muitos outros. Esse duplo cruzamento constituiria, então, a polifonia discursiva.

Certamente essa descentração do sujeito, implícita na teoria marxista, pertence à mesma episteme dentro da qual se desenvolveu a psicanálise: o discurso do sujeito, para Freud, estaria sempre marcado pelo seu avesso, no caso, o inconsciente. Dividido, quebrado, descentrado, o sujeito se definiria por um inevitável embate com o outro que o habita. E, permanentemente, viveria a busca ilusória de tornar-se um. A linguagem seria a manifestação dessa busca, lugar em que o homem imagina constituir e expor sua própria unidade.

A AD investiga os discursos por uma terceira via, em que de certa forma as duas anteriores estão contempladas. A contraditoriedade do sujeito consistiria, exatamente, na aspiração permanente à unidade, a uma totalidade e completude, pelo fato mesmo de perceber-se incompleto e múltiplo. Essa tensão entre o eu e o outro passa a ser considerada não nesse espaço em que se relacionam sujeitos individuais, mas no espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito, como a formulou Foucault. Nas belas páginas de *A arqueologia do saber*, quando ele escreve sobre a definição de enunciado, lemos que o sujeito do enunciado “é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. E, mais adiante: “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu objeto” (Foucault, 1980, p. 109).

A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão do sujeito, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado; enuncio individualmente, de forma concreta, constituindo-me provisoriamente um, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade. Aliás, sem essa afirmação, meu texto se

perderia na desordem e na ausência de fronteiras.

Um dos instrumentos principais da análise que farei, fornecido pela AD, será justamente esse pelo qual se descrevem os enunciadores de um discurso e os sujeitos dos quais esse discurso fala. No caso dos textos da mídia sobre a adolescência, será necessário fazer a pergunta: quem é o enunciador? De onde ele fala? Tudo indica que há, permanentemente, um jogo entre os que chamarei “enunciadores-autoridades” (a “voz da experiência” dos mais velhos, dos peritos ou mesmo dos astros da mídia), os quais avalizam os enunciados constitutivos de um “ser jovem”, e aqueles “enunciadores-adolescentes”, inseridos na trama discursiva de autoridade. Como acontece esse jogo, que estatuto tem a fala dos adolescentes nessa dinâmica — isso deverá ser descrito. Talvez aí possamos descobrir que lugar, que força adquire esse grupo a partir do momento em que lhe é conferida uma tribuna.

## Sentido e formação discursiva

Da mesma forma que não há o sujeito de um discurso, mas diversas posições do sujeito, o sentido também não é dado *a priori*, uma vez que as palavras só significam no interior de cada formação discursiva, isto é, no jogo de relações com outras palavras, expressões ou construções dessa mesma formação. Ela funcionaria como uma matriz de sentido, e os falantes nela se reconheceriam, porque as significações ali lhes parecem óbvias, “naturais”.

É exatamente através da operacionalização desse conceito básico (da *formação discursiva*) que se torna possível ao analista trabalhar os discursos sincrônica e diacronicamente, expondo-os em sua historicidade e quanto aos jogos de poder neles evidenciados. Nesse sentido, parece-me inevitável mostrar, em meu estudo, qual a inserção do suposto discurso sobre adolescência, na discursividade do capitalismo deste fim de século, num país como o Brasil.

Um exemplo simples ilustra bem o que quero dizer. De tempos em tempos, os jornais impressos e os telejornais publicam notícias sobre roubos, assaltos e violência, cometidos por adolescentes pobres, fascinados pelo par de tênis, de *griffe* famosa. Pela AD, essas notícias ultrapassam o simples registro de mais um ato transgressor, tornando-se precioso documento de uma época. A rendição dos pais de classe média às solicitações de consumo de seus filhos, o caráter emblemático dessa peça do vestuário (o tênis) para os jovens, a ponto de tornar-se obrigatória, e o desejo quase obsessivo de apoderar-se de tal objeto, erigido como um troféu (marca de coragem e de virilidade) para o ousado jovem assaltante — essas são evidências primeiras do texto das notícias<sup>1</sup>. Uma análise criteriosa do material certamente levantará outras questões, relativas aos demais discursos que ali se cruzam. Um deles tem relação direta com os valores de uma economia de mercado — esse novo deus<sup>2</sup> —, valores que circulam sob diferentes

formas em inúmeras práticas sociais.

Que outras formações discursivas perpassariam um discurso como esse? De dentro mesmo dos textos, a análise deverá fazer emergirem os imbricados enunciados de outras formações — como a da medicina, da psicanálise, da pedagogia, da teoria da comunicação, da publicidade —, permitindo que se tenha um quadro descritivo dessa prática (a produção e circulação de textos dirigidos aos adolescentes ou que têm essa faixa do público como alvo).

Tudo indica que as informações, as imagens, o ritmo e o tom desses textos dizem respeito a enunciados que participam de um complexo processo de constituição da subjetividade de jovens e adolescentes, em nossa sociedade. Trata-se de estabelecer relações entre os diversos saberes (cada um deles é uma positividade, corresponde ao que efetivamente é dito) e determinar as compatibilidades e incompatibilidades entre eles, pelas quais se estabelecem regularidades. Estas, por sua vez, permitem individualizar, por exemplo, formações discursivas sobre a sexualidade adolescente.

Importa ressaltar que uma formação discursiva não pode ser vista como homogênea e compacta, passível de facilmente opor-se a outras. O discurso religioso possivelmente não se opõe *in totu* ao discurso médico, quando ambos se referem aos problemas atuais da juventude<sup>3</sup>. Há incorporações mútuas, há controvérsias, e torna-se difícil indicar as fronteiras entre um e outro. Que transformações sofre o discurso médico num local de enunciação como a escola? Ou, ao contrário, quais os modos de apropriação, da autoridade religiosa, em relação ao discurso científico? Que adolescência e que sexualidade jovem são aí constituídas?

Na verdade, a definição de uma formação discursiva, de modo a delimitar o que está fora e o que está dentro, não seria o procedimento adequado, já que uma formação discursiva se inscreve **entre** diversas outras formações, isto é, ela não tem um lugar fixo, movimentando-se “como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica” (Marandin, in Maingueneau, 1993, p. 112). Básico para a nossa tarefa de análise, o conceito de *interdiscurso* é assim definido por Courtine e Marandin:

*“O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua definição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos”* (in Maingueneau, 1993, p. 113).

Em outras palavras, considerar a *interdiscursividade* significa deixar que aflorem as contradições, as diferenças, enfim, a heterogeneidade que subjaz a todo discurso. Maingueneau chega a radicalizar: para a AD, segundo ele, haveria

quase um primado do *interdiscurso* sobre o discurso, já que a unidade de discurso a ser analisada consistiria exatamente num espaço de trocas entre os vários discursos escolhidos. Penso que, ao assumir também esse ponto de vista como básico em minha investigação, terei condições de “apanhar” mais consistentemente os discursos sobre os quais me debruço, até porque trata-se de materiais bastante ricos, no que se refere às lutas entre vários campos, que tomam forma por exemplo em entrevistas de televisão, comerciais, reportagens de revistas femininas.

A mídia, ao mesmo tempo que é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam — sendo portanto um veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados “verdadeiros” em nossa sociedade —, também se imporia como criadora de um discurso próprio. Porém, nela, mais talvez do que em outros campos, a marca da heterogeneidade, além de ser bastante acentuada, seria quase definidora dessa formação discursiva. Poderíamos dizer que hoje quase todos os discursos sofrem uma mediação, um reprocessamento, através dos meios de comunicação. Basta lembrar o discurso político, em época de eleições gerais no País: nenhum candidato, nenhum partido prescinde, em nossos dias, do complexo mundo da imagem, do *marketing*, da necessidade de ser notícia. Isso seria válido para outros tantos campos: o médico, o religioso, e assim por diante, sem falar daqueles que praticamente “vivem” dos *media* — a moda e a música, por exemplo.

Como *locus* de divulgação de um sem-número de outros discursos, a mídia imprime o que lhe é próprio em todos eles, mas comumente depende dos discursos especializados externos. Basta lembrar a cobertura da Copa do Mundo, em que as redes de televisão, buscando intimidade com seu público, divertem-no por horas com reportagens sobre qual a melhor alimentação para os jogadores, ou sobre quando e como devem e podem fazer sexo. Por maior que seja a banalidade com que tais assuntos sejam tratados, sempre haverá um especialista a avalizá-los e à emissora: o médico, a nutricionista, o preparador físico, o endocrinologista, todos falarão e assinarão a verdade dos fatos. E seria isso, exatamente, o que constituiria um novo discurso, no caso, o da mídia<sup>4</sup>.

Portanto, esse jogo de poder entre os vários campos certamente deverá aparecer no decorrer da análise dos discursos que empreendemos nesta pesquisa porque, se não podemos dizer que qualquer discurso seja autônomo, mais isso valerá para o caso da mídia. E, considerando o espaço restrito sobre o qual será feita a análise, veremos como essa luta é concreta e permanentemente presente em cada aspecto do texto considerado.

Meu recorte, cabe referir aqui, é feito segundo a classificação proposta por Maingueneau, quanto à amplitude dos conjuntos discursivos: o autor distingue *universo discursivo* — correspondente a todas as formulações discursivas que circulam numa dada conjuntura; *campo discursivo* — o grupo das formações discursivas em luta; e *espaço discursivo* — o subconjunto de um determinado

*campo discursivo*, onde é possível registrar a presença de pelo menos duas formações, cujo embate é fundamental para a eficácia (e compreensão) dos discursos considerados (Maingueneau, 1993, p. 116-117).

O *espaço discursivo* por mim delimitado — genericamente, o que a mídia “fala” sobre adolescência —, é selecionado do interior do campo discursivo dos meios de comunicação social, e faz-se para atingir um objetivo central: descrever os enunciados que nossa sociedade, nestes últimos anos, tem construído sobre a adolescência, através dos meios de comunicação. Haveria uma espécie de fusão entre os valores entronizados pela mídia (o sucesso individual, um certo tipo de beleza física, um modo de vida baseado na cultura do corpo e no consumo permanente de bens materiais, entre tantos outros) e aqueles pelos quais se passa a definir o que seria um adolescente “ideal” para a classe média. Ou seja, poderia dizer-se que há uma importante intersecção entre mídia e adolescência<sup>5</sup>, a ser investigada. Uma análise imediata dirá que esses valores da mídia não seriam exatamente dela, mas próprios do que foi construído pelo discurso do capitalismo, particularmente da segunda metade deste século, cujos fundamentos, é claro, são bem anteriores. Tudo isso, então, deverá ser operacionalizado, na construção do meu objeto de pesquisa, à luz da Análise do Discurso.

Como cada discurso é remetido por ele mesmo a tantos outros, pode-se dizer, neste caso, que os discursos incorporados pela mídia, a partir de outros campos — mormente da Medicina, da Pedagogia, da Psicologia, da Psicanálise —, também eles, ao entrarem na cena midiática, ao tomarem forma dentro desse campo específico da comunicação social, sofrem um tratamento que os retira de seu *habitat* e que, ao mesmo tempo, reforça a autoridade própria de cada um, pela importância que têm numa determinada formação social. Esse tratamento, pelo qual tais discursos são transformados e incorporados, não será visto de modo compacto ou homogêneo; pelo contrário, será visto nos diferentes momentos de enunciação e analisado enquanto objeto vivo, já que haveria uma real impossibilidade de separar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo, o que, segundo Maingueneau, está diretamente relacionado ao caráter de diálogo, permanentemente vivo em qualquer enunciado.

Aliás, cabe aqui salientar que a AD confere a *diálogo* um sentido mais amplo do que aquele comumente atribuído a essa palavra. Tal sentido, referido pela primeira vez na obra de Bakhtin, como vimos anteriormente, leva a considerar que, do ponto de vista discursivo, “não há enunciado desprovido da dimensão dialógica, pois qualquer enunciado sobre um objeto se relaciona com enunciados anteriores produzidos sobre este objeto. Assim, todo discurso é fundamentalmente dialógico” (Brandão, 1993, p. 89).

## **Intertexto e intertextualidade**

Mesmo que, de certa forma, estes conceitos já tenham sido indiretamente contemplados neste texto, é importante explicitá-los aqui. O *intertexto* diz

respeito ao que é efetivamente citado pelo discurso, aos fragmentos nele presentes. Seria como que um ponto de partida metodológico: considerar na sua simplicidade o “dito”, o citado por aquele discurso ele mesmo. É o momento de desmembrar, identificar e agrupar os elementos efetivamente citados, como movimento inicial na caminhada que culmina em direção a uma verdadeira descrição dos acontecimentos discursivos, como queria Foucault.

Ora, essa descrição deverá levar em conta a dinâmica relacional da formação discursiva considerada, ou seja, o modo como esta interage com outras formações (*intertextualidade externa*) ou inclusive com outros discursos, dentro dela mesmo (*intertextualidade interna*). Tal conceito permite ao analista fazer uma espécie de mapa do discurso em questão, desenhando seus contornos e intersecções.

O exame da possibilidade de uso concreto desses conceitos conduz-me a uma pergunta recorrente neste momento da investigação: o discurso da mídia (sobre adolescência) estaria definido por sua relação com outros discursos do mesmo campo (o campo mais amplo da comunicação social)? Ou essa definição seria feita pela complexa relação com campos diferentes? Possivelmente se trate, no caso do meu objeto, de analisar a *intertextualidade externa*, já que as primeiras evidências indicam uma multiplicidade de citações, referidas a campos distintos, cujos enunciados complementam, referendam, questionam, ilustram, em suma, compõem o discurso da mídia sobre adolescência. Mais perguntas: como se fazem essas citações, ou seja, quais os labirintos dessa comunicação entre discursos de áreas tão distintas? Como adquirem legitimidade citações de determinadas áreas dentro de um discurso como o da mídia? Há cruzamentos? Onde as reincidências? Onde as rupturas?

## **Condições de produção e descontinuidade**

A simples lembrança de alguns textos, em suas manchetes apenas, talvez permita indicar o quanto esses conceitos elaborados pelos teóricos da AD podem conduzir uma análise bastante rigorosa. Por exemplo: a televisão expõe adolescentes mantendo livremente relações sexuais, em suas novelas; os telejornais trazem a reportagem sobre as graves conseqüências da falta de cuidados com respeito à contaminação pelo vírus da AIDS; a revista feminina publica os altos índices de gravidez e aborto em adolescentes brasileiras. Um conjunto de textos da mídia, tais como esses, sofrerão, com a metodologia da AD, um trabalho minucioso pelo qual perguntaremos sobre as *condições de emergência* ou de instauração de uma discursividade referida à adolescência; no caso dos exemplos acima, referida à sexualidade das meninas. Como parto de que, nos últimos dez anos, a mídia progressivamente tem mostrado que a figura do adolescente adquire uma centralidade em seus discursos, será necessário responder quando, como e por que isso acontece.

Certamente, aqui, será preciso mostrar como a discursividade sobre o adolescente tem, como qualquer discurso, uma história. A própria denominação de adolescência é datada, e esse fato lingüístico tem suas conseqüências, seus efeitos. Desde o início do século, fala-se em adolescentes, como um grupo assim classificado a partir da idade, considerada fase da transição entre a infância e a vida adulta. Como essa classificação etária configurou-se desde então? Que rupturas podem ser citadas? Ou seja: que enunciados são registrados desde que a categoria foi criada? De que posições e de que lugares institucionais se falava em adolescência nas primeiras décadas do século XX?

Foucault nos ensina — fundado em Canguilhem — que os conceitos sofrem deslocamentos e transformações, e que a trajetória de um conceito é, na verdade, a história de seus diversos campos de constituição e de validade, das sucessivas regras de uso nos diferentes meios teóricos em que ele foi elaborado. Desse ponto de vista, não haveria nem conceitos nem categorias “essenciais”, ideais — portos de ancoragem, lugares de repouso para o pesquisador. E, sim, descontinuidades, que nos compelem a ver e pensar a diferença, os afastamentos, as dispersões, e a “pensar o outro no tempo do nosso pensamento”, como diz Foucault, na célebre introdução de *A arqueologia do saber*.

Discursos sobre adolescência e juventude podem ser encontrados em documentos de épocas bem distintas. Comparativamente a outros momentos, que ruptura pode ser verificada no início da década de 90, no Brasil, quando a mídia se volta ostensivamente para o adolescente, insistindo em mostrá-lo ora como herói (responsável pelo *impeachment* do Presidente Collor), ora como conservador (preocupado ainda com a virgindade da mulher e com a busca do sucesso individual — conforme dados de pesquisas feitas por agências de publicidade), ora como o depositário de doenças e medos de uma época (consumidor de drogas e fonte de inquietação, em vista do fantasma e da realidade da AIDS), ora ainda como o modelo de consumo (manequim de roupas, cosméticos, academias estéticas)? Em que esse discurso se distingue, por exemplo, daquele que se ocupou, durante décadas, com a agressividade e a rebeldia dos mais jovens (encarnadas em personagens como o ator James Dean, nos Estados Unidos da década de 50, lembrado até hoje em todo o mundo)?<sup>6</sup>

Seguindo Foucault, Courtine adverte: não se trata, de forma alguma, de fazer uma interpretação cronologista nem de ir situando os elementos de um discurso, como se fosse possível uma seqüencialidade. Uma coisa é tratar de domínios como os de atualidade, memória e antecipação; outra é concordar que há um “antes-agora-depois”. Aqueles domínios, considerados e operacionalizados, permitirão caracterizar “as repetições, as rupturas, as fronteiras e as transformações de um tempo processual” (Courtine, in Brandão, 1993, p. 78).

Assim, por exemplo, devo admitir, paraminha análise, que já há um conjunto de discursos sobre adolescência, na mídia, que preexistem a estes que pretendo estudar. Lembrei, anteriormente, que o *boom* da literatura destinada ao público

adolescente ocorre alguns anos antes de sua inserção e centralidade nos discursos da mídia eletrônica. É nos livros e nas revistas<sup>7</sup> que se inicia, na década de 80, um investimento maciço nesse público. Essas produções, por sua vez, incorporam saberes de campos importantes, como os da pedagogia, da psicologia, da medicina (especialmente o campo híbrido da chamada “educação sexual”, que adquire relevância a partir do início dos anos 80).

Ou seja, ao invés de irmos, indefinidamente, atrás de um ponto originário (onde tudo começou?), vamos situar datas e locais, não como pontos de partida nem como dados definitivos ou lugares de repouso, mas antes como referências ligadas às *condições de produção* de um discurso, que se enuncia diferente, que é outro em cada um desses lugares e instantes. O uso da comparação, assim, não servirá para homogeneizar os discursos, como se lhe fizéssemos uma total assepsia. Pelo contrário. Essa comparação permitirá desenhar as intercomunicações ali presentes.

O fato de que os enunciados se constroem sob determinadas circunstâncias bem concretas leva-nos a discutir mais exaustivamente esse conceito fundamental da AD: as *condições de produção* de um discurso. O contexto histórico-social, o lugar de onde falam os interlocutores, a imagem que cada um faz do outro — tudo isso deve ser considerado na análise. Como se dá a *cena enunciativa* dos discursos da mídia? O que nos dizem os textos, porque estão dados nesta e não naquela *cena*? Mas, vale recordar sempre — tudo isso será visto a partir do texto. Ele é que vai dizer das suas próprias condições de produção. Nele toda essa complexa rede está inscrita.

O que Foucault pergunta aos textos não é “o que está por trás”, “o que se queria dizer” com aquilo, mas sim: quais são as condições de existência daquele enunciado. Suspendendo continuidades, acolhendo cada momento do discurso e tratando-o no jogo de relações em que está imerso, o arqueologista levanta um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos e indaga: afinal, por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições?

Partindo de que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, o que se está dizendo é que o objeto existe sob condições “positivas”, na dinâmica de um feixe de relações. Há condições de aparecimento histórico, relativas às formações não-discursivas (instituições, processos sociais e econômicos), as quais descobriremos na instância do próprio texto: a partir dele, segundo Foucault, é possível fazer destacarem-se as regras pelas quais o jogo de relações entre o discursivo e o não-discursivo fazem, em uma determinada época, aparecer aquele objeto e não outro, como objeto de poder e saber.

## RECURSO DA EFICÁCIA DISCURSIVA

O método que Michel Foucault desenvolveu em *A arqueologia do saber* concentra-se sobre o domínio das coisas efetivamente ditas ou escritas; importa analisar como elas se inscrevem no interior das formações discursivas, isto é, no sistema relativamente autônomo dos atos de discurso, onde são produzidas essas “coisas ditas” (Dreyfus e Rabinow, 1984, p. 78). O autor insiste na “pobreza enunciativa”, na precariedade dos enunciados, uma vez que, depois de “ditas”, as coisas mudariam de existência; ou seja, há um processo permanente de transformação do próprio sistema de relações em que estão envolvidos esses textos: eles sofrem a partir daí novos usos, tornam-se outros, porque constituem e modificam as próprias relações sociais.

### As evocações do já-dito

Para o analista, é importante observar que essa modificação dos enunciados implica a existência de um acúmulo, de uma *memória*, de um conjunto de já-ditos. Desta forma, qualquer seqüência discursiva da qual nos ocupemos poderá conter informações já enunciadas; haveria um processo de reatualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente. Essas redes de formulação — o tecido constituído pelo discurso de referência e pelo já-enunciado — permitiriam descrever efeitos de memória, ou seja, redefinições, transformações, esquecimentos, rupturas, negações, e assim por diante. Não se trata de uma memória psicológica, como lembra Helena Brandão; nem de “despertar os textos de seu sono”, como diz Foucault. É preciso levantar os temas relacionados aos “esquecimentos” e mostrar qual o modo de existência que caracteriza aqueles enunciados. E aí é imprescindível lembrar: os enunciados estão, sempre, diretamente investidos em técnicas e práticas, isto é, em relações sociais (Foucault, 1980, p. 151).

Maingueneau sugere que o sujeito enunciator agiria como se o discurso acontecesse numa linearidade, “esquecendo-se” de outro eixo: a verticalidade do pré-construído, o qual é regulado e atravessado por interdiscursividade referida a um tempo mais longo da memória. Na análise, procura-se justamente descrever como se concretizam no texto esses efeitos de memória, na busca da eficácia do discurso.

Ora, a descrição de um domínio da memória aponta para a possibilidade de, através da análise, fazer antecipações relativas àquele discurso. Processo sem fim, mas passível de ser lido em seus instantes, plenos de já-ditos, o processo discursivo também se ofereceria a um futuro, a uma possibilidade.

Se tenho como objeto uma determinada seqüência discursiva — um conjunto de textos produzidos e veiculados pela mídia impressa e eletrônica, durante um

tempo “x”, dirigida aos adolescentes ou que os toma como personagens e pontos de referência —, devo considerar que ela formula enunciados preexistentes numa determinada formação social. A comunicação produzirá determinados efeitos na medida em que evocar um já-dito, um já-sabido, seja apenas pelo efeito simples de lembrar, seja pela redefinição ou transformação de algo já conhecido e reconhecido, seja ainda pela própria negação ou ruptura efetuadas nessa mesma memória.

Os discursos sobre a mulher, no Brasil, pelos quais ela é ainda a personagem romântica na relação entre os dois sexos, ao mesmo tempo que recebem redefinições, às vezes até questionamentos drásticos, parecem reiteradamente buscar a cristalização desse “valor”, como indica, por exemplo, a construção de personagens femininas adolescentes de novelas: elas incorporam novos padrões (podem ser empreendedoras, desejar trabalhar, podem ter iniciativa sexual, ser ambiciosas e até calculistas), mas sua vida realmente se define e se pauta pela presença do homem, pela conquista amorosa, pela dependência do querer do outro, como os textos da mídia insistem em reiterar. Porém, essa insistência sempre adquire novos contornos, produz novos discursos. Quais as incorporações do já-dito e quais suas novas fronteiras e assimilações?

Importa ressaltar também que o discurso sobre adolescência, talvez mais do que qualquer outro, se caracteriza por falar do tempo. A própria denominação de adolescência, como categoria definida primeiramente pela faixa de idade, por um tempo de transição, aponta para isso. A afirmação da necessidade de “ser jovem” em oposição a “ser velho”, em textos da mídia, joga com o mesmo conflito (entre gerações), em outras épocas e lugares sociais, atualizando-o e produzindo efeitos de verdade.

Finalmente, poderíamos acrescentar aqui uma suposição que envolve um outro aspecto referente à memória discursiva, a que alguns estudiosos da AD têm dedicado atenção especial: o problema do *discurso fundador* — essa categoria pela qual, no próprio exercício da análise, descobrem-se discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um país (Orlandi, 1993, p. 7). Ora, supomos que, no caso do Brasil, o clichê segundo o qual nos definimos por pertencermos a um “país jovem”, poderia também estar entranhado nessa rede discursiva dedicada a constituir saberes sobre a adolescência brasileira: teríamos aí mais um recurso da eficácia discursiva, que remete a uma memória coletiva.

## **A relação polêmica e os deslocamentos de sentido**

Se estou preocupada com a descrição dos modos de constituição da adolescência na mídia, isto é, da constituição de um corpo e de um alma adolescente, certamente devo trabalhar com outros conceitos da AD, relacionados àqueles

anteriormente discutidos, pelos quais se reafirmam a singularidade e a dispersividade dos enunciados.

Os deslocamentos, os deslizamentos da função significante, como nos indica Laclau, fazem parte do processo geral de representação simbólica. Um discurso sobre adolescência, por exemplo, como um discurso sobre os direitos humanos ou qualquer outro, não está referido a essencialidades. Em locais e épocas distintas, o cuidado com o corpo, com a alma, a definição de beleza, a constituição de gênero e de sexualidade, as relações entre gerações — todo esse conjunto de elementos relacionados com a adolescência — têm enunciados cuja formulação sofre deslocamentos. Trata-se de perguntar: como esse movimento se inscreve nas palavras, nos textos, nas imagens?

Michel Pêcheux é claro: toda descrição que fizermos expõe-se ao equívoco da língua, porque “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1990, p. 53). Lingüisticamente, posso descrever os enunciados como séries constituídas de pontos deriváveis, que se oferecem a uma análise. Esse é, exatamente, o espaço da AD.

Observando as diferentes construções dos textos da mídia devo analisar as variadas formas (paráfrases) que assumem determinados enunciados, compreendendo que “não há o mesmo no diferente, isto é, formas diferentes significam diferentemente” (Orlandi, 1987, p. 119). Não temos simplesmente uma outra informação, naquela nova formulação, mas sim uma diferença no que diz respeito aos efeitos de sentido. A análise, então, deverá preocupar-se com esses registros singulares.

Da mesma forma, a análise necessariamente deverá contemplar um aspecto fundamental da construção dos discursos: os processos de tradução, através dos quais um discurso “x” se afirma polemicamente em relação a outro: tudo se passa como se o discurso “tradutor” (ou agente, como o classifica Maingueneau) construísse o discurso opositor, para afirmar a si mesmo, delimitando seu espaço e verdade. Esse movimento é recíproco; portanto, os papéis de discurso agente e discurso paciente estão permanentemente em alternância. Não se trata apenas de afirmações e negações grosseiras, revelando posições explicitamente adversárias: cada formação discursiva define para si uma espécie de memória polêmica, os pontos cruciais e lancinantes através dos quais ela vai-se constituindo, em oposição ao Outro de si mesma. Haveria como que conflitos arquetípicos em cada formação discursiva.

Como trataremos dos discursos da mídia, por definição enredados em discursos de diferentes formações discursivas, a questão das relações polêmicas será vista em suas várias faces: de um lado, as controvérsias entre campos como o da Educação e o da Medicina, na definição de um saber sobre a adolescência, parecem indicar que o saber médico reivindica um lugar de prioridade inclusive em relação a questões educacionais; de outro, as polêmicas do saber pedagógico

com o saber propriamente criado e divulgado na mídia, envolvendo uma dessacralização da autoridade do professor; finalmente, a polêmica constituidora do discurso dos próprios adolescentes sobre si mesmos, no sentido de se constituírem em oposição aos mais velhos, às outras gerações. Penso que todas essas polêmicas têm algum tipo de comunicação entre si, uma vez que tanto a mídia quanto a Pedagogia e a Medicina incorporam essa polêmica básica referida ao já clássico “conflito de gerações”, construindo um discurso em que, muitas vezes, reivindicam uma solidariedade com os jovens, como se pudessem interpretar seu desejo de afirmação. Os textos publicitários, nesse aspecto, são particularmente exemplares.

## EM SÍNTESE: A TRAMA DO ENUNCIADO

Todas essas observações apontam para as possibilidades que a Análise do Discurso oferece. Assim colocadas, são apenas pálidas suposições, já que aqui não estamos ainda agindo a rigor sobre os discursos que são nosso objeto (estamos, sim, propondo um tipo de análise e supondo a sua eficácia). O que acabei de afirmar estaria mesmo nos textos da mídia? Ou melhor, os textos apontariam para essas reflexões? Para responder a essas perguntas devo partir da seleção de materiais, delimitados num tempo e num espaço, neles mergulhar e, do seu interior, da sua materialidade lingüística, descrever os enunciados desta época, parte importante do regime de verdade da formação social correspondente.

Nos enunciados — esse “dito” sobre os objetos — está inscrita a descontinuidade histórica dos discursos, que a análise permitirá descrever. Nem unidade nem estrutura, o enunciado seria uma “função de existência”, pertinente exclusivamente aos signos, e cuja análise dirá sobre que atos e que sentidos se realizam através de sua formulação. Ele é uma relação, ligada a um conjunto de domínios, que dizem respeito a um lugar, a uma condição, a um campo de emergência, a instâncias de diferenciação social. Da mesma forma, o enunciado se associa a campos adjacentes: trata-se da coexistência com outros enunciados. Há sempre um espaço colateral, porque “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 1980, p. 112).

Resumindo: o arcabouço teórico que a AD construiu nomeando conceitos como *interdiscurso*, *interdiscursividade*, *intertexto* e *intertextualidade*, na verdade, significa uma operacionalização dessa trama complexa que Foucault identifica no enunciado. Ele insiste em *A arqueologia do saber* sobre as múltiplas relações de um discurso com outros, de um enunciado com outros à sua margem. Há uma “constelação discursiva”, há vizinhanças e contemporaneidades; podem-se fazer analogias, oposições e complementaridades entre enunciados; há inúmeros processos de apropriação dos discursos. Mas é preciso fazer um trabalho árduo de individualização da formação discursiva considerada, com seus enunciados,

cuja regularidade não lhe vem de fora, ao contrário, é dada por ela mesma. O discurso a considerar seria aquele conjunto de enunciados apoiados na formação discursiva considerada: um conjunto limitado de enunciados, a respeito dos quais será possível definir como historicamente eles existem.

Tal modo de investigar instaura um procedimento radicalmente distinto daquele pelo qual se quer interpretar os textos, historiar um “referente”, mergulhar no “fundo das coisas”, buscar uma essência. Não haveria fixidez de sentidos nos discursos que nos constituem. Os movimentos de fixação (a busca de hegemonia) — como a construção de uma subjetividade adolescente — precisam ser analisados na multiplicidade de lutas, possíveis de serem analisadas *de dentro* dos discursos.

### Notas

1. A pesquisa feita por Felícia Madeira, da Fundação Carlos Chagas em 1993 (v. Referência bibliográfica), sobre meninas adolescentes, faz uma referência importante sobre trabalhar, ter dinheiro e poder comprar um par de tênis, símbolo de “ser jovem”.
2. Cfe. o economista Francisco Oliveira, em palestra de abertura à 14ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu (MG), 1991.
3. É comum, por exemplo, nas escolas particulares de confissão religiosa, a direção promover encontros de pais e mestres, em que o conferencista, um médico, discute os problemas da sexualidade adolescente, de uma posição dupla: como autoridade profissional e como enunciatador num lugar específico, a escola, aliado à autoridade religiosa-pedagógica.
4. Voltarei a discutir sobre a função mediadora da mídia mais adiante, quando será explicitado o conceito de *condições de produção* do discurso.
5. Caberia aqui referir o quanto a mídia, principalmente as grandes redes de televisão, depende, em nossos dias, de uma “imagem jovem”. A Rede Globo, dia 24 de maio de 1994, no programa *Som Brasil*, fez uma homenagem aos 80 anos de Dorival Caymmi, apresentando sobretudo jovens roqueiros e cantores de *reggae*.
6. Um anúncio da margarina “Delícia”, veiculado em 1994, coloca em cena a menina adolescente que deseja, de aniversário, licença para dormir com o namorado. O pai, constrangido, recorda seu tempo de rebeldia nos anos 60, e se mostra ambíguo na aprovação do pedido da filha. Aliás, quem revela o pedido é o irmão menor. Que efeitos tem essa referência ao passado, em que se expõe de maneira suave e palatável o conflito de gerações? Qual o sentido de rebeldia em épocas diferentes?
7. Como a revista *Capricho*, cujos textos analisei no trabalho *O capricho das disciplinas*, apresentado na 16ª Reunião Anual da ANPED, no GT de Sociologia da Educação, em Caxambu (MG), setembro de 1993.

## Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, UNICAMP, 1993.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações – 1972-1990*. Rio, Ed. 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Foucault*. S.Paulo, Brasiliense, 1991.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Un parcours philosophique. Au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Paris, Gallimard, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio, Forense, 1980.
- \_\_\_\_\_. El sujeto y el poder. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Inst. de Investigaciones Sociales, UNAM. México, jul/set. 1988, ano 2, n° 3.
- GIROUX, Henry e MCLAREN, Peter. Linguagem, escola e subjetividade: elementos para um discurso pedagógico crítico. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 18(2):21-35, jul/dez. 1993.
- LACLAU, Ernesto. *A política e os limites da modernidade*. In: HOLLANDA, Heloísa B.(Org.). *Pós-modernismo e política*. Rocco, Rio, 1991: 127-150.
- MADEIRA, Fêlcia R. *A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão*. S.Paulo, UNICEF, 1993 (xerox).
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, S.Paulo, 1993.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_(Org.). *Discurso fundador*. Campinas, Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.

Rosa Maria Bueno Fischer é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

Endereço para correspondência:  
Av. Paulo Gama, s/n°, prédio 12201, 8° andar  
90.046-900 - Porto Alegre - RS